

A Filosofia Iluminista

1. (ENEM 2012) “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade e se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.” KANT, *I. Resposta à pergunta: O que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1984 (adaptado)*.

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa:

- a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da sua falta de entendimento.
- a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

2. (UFF – 2010) O metro equivale a um décimo milionésimo do comprimento do quadrante da Terra e faz parte do Sistema Métrico Decimal (SMD), uma das invenções mais notáveis do período do Iluminismo e um dos legados permanentes da Revolução Francesa. Até então, eram usadas medidas antropocêntricas (como o pé, a palma, o côvado, etc.) que, além de não terem relação umas com as outras, variavam entre as regiões e os países, dificultando a cobrança de impostos, o comércio e o intercâmbio científico. A Assembléia Nacional Francesa determinou que os cientistas estudassem um sistema de medidas prático e válido “para todos os tempos, para todos os povos”. O Sistema Métrico Decimal foi adotado na França em 1799 e definiu sua medida principal (o metro), baseado na dimensão da Terra, ou seja, em algo inalterável e comum a todos os países.

Assinale a opção que melhor expressa o significado dessa invenção.

- Sistema imposto à França pela coalizão contrarrevolucionária europeia liderada pela Inglaterra.
- Sistema adotado para fortalecer o bloqueio continental que Napoleão impôs à Europa.
- Sistema cuja adoção derivou da vontade do rei da França que gostava de trabalhos manuais e precisava de padrões modernos de medida.
- Sistema típico da mentalidade científica do século XVIII, pois vincula as medidas de todas as coisas às dimensões objetivas da natureza.
- Sistema resultante da inovação do regime do Terror durante a Revolução Francesa.

3. (UFF – 2010) O escritor e filósofo francês Voltaire, que viveu no século XVIII, é considerado um dos grandes pensadores do Iluminismo ou Século das Luzes. Ele afirma o seguinte sobre a

importância de manter acesa a chama da razão: “Vejo que hoje, neste século que é a aurora da razão, ainda renascem algumas cabeças da hidra do fanatismo. Parece que seu veneno é menos mortífero e que suas goelas são menos devoradoras. Mas o monstro ainda subsiste e todo aquele que buscar a verdade arriscar-se-á a ser perseguido. Deve-se permanecer ocioso nas trevas? Ou deve-se acender um archote onde a inveja e a calúnia reacenderão suas tochas? No que me tange, acredito que a verdade não deve mais se esconder diante dos monstros e que não devemos abster-nos do alimento com medo de sermos envenenados”.

Identifique a opção que melhor expressa esse pensamento de Voltaire.

- a) Aquele que se pauta pela razão e pela verdade não é um sábio, pois corre um risco desnecessário.
- b) A razão é impotente diante do fanatismo, pois esse sempre se impõe sobre os seres humanos.
- c) Aquele que se orienta pela razão e pela verdade deve munir-se da coragem para enfrentar o obscurantismo e o fanatismo
- d) O fanatismo e o obscurantismo são coisas do passado e por isso a razão não precisa mais estar alerta
- e) A razão envenena o espírito humano com o fanatismo.

4. (ENEM 2012) “É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.” *MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997 (adaptado).*

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- a) ao status de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidades às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores

5. (ENEM 2013) “Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente”. *MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).*

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnicos-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

6. (Unioeste 2012) “Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, porque abrirá ele mão dessa liberdade, porque abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque, sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, e na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui nesse estado é muito insegura, muito arriscada. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da propriedade e dos bens a que chamo de ‘propriedade” (Locke)

Sobre o pensamento político de Locke e o texto acima, seguem as seguintes afirmativas:

- I. No estado de natureza, os homens usufruem plenamente, e com absoluta segurança, os direitos naturais.
- II. O objetivo principal da união dos homens em comunidade, colocando-se sob governo, é a preservação da “propriedade”.
- III. No estado de natureza, falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens.
- IV. Os homens entram em sociedade, abandonando a igualdade, a liberdade e o poder executivo que tinham no estado de natureza, apenas com a intenção de melhor preservar a propriedade.
- V. No estado de natureza, há um juiz conhecido e imparcial para resolver quaisquer controvérsias entre os homens, de acordo com a lei estabelecida.

Das afirmativas feitas acima

- a) somente a afirmação I está correta.
- b) as afirmações I e III estão corretas.
- c) as afirmações II e V estão corretas.
- d) as afirmações IV e V estão corretas.
- e) as afirmações II, III e IV estão corretas.

7. (UEL 2011) “Locke divide o poder do governo em três poderes, cada um dos quais origina um ramo de governo: o poder legislativo (que é o fundamental), o executivo (no qual é incluído o judiciário) e o federativo (que é o poder de declarar a guerra, concertar a paz e estabelecer alianças com outras comunidades). Enquanto o governo continuar sendo expressão da vontade livre dos membros da sociedade, a rebelião não é permitida: é injusta a rebelião contra um governo legal. Mas a rebelião é aceita por Locke em caso de dissolução da sociedade e quando o

governo deixa de cumprir sua função e se transforma em uma tirania” (LOCKE, John. In: MORA, J. F. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Loyola, 2001. V. III. p. 1770.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre John Locke, é correto afirmar:

- I. O direito de rebelião é um direito natural e legítimo de todo cidadão sob a vigência da legalidade.
- II. O Estado deve cuidar do bem-estar material dos cidadãos sem tomar partido em questões de matéria religiosa.
- III. O poder legislativo ocupa papel preponderante.
- IV. Na estrutura de poder, dentro de certos limites, o Estado tem o poder de fazer as leis e obrigar que sejam cumpridas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

8. (UEL 2010) “Aquele que se alimentou com bolotas que colheu sob um carvalho, ou das maçãs que retirou das árvores na floresta, certamente se apropriou deles para si. Ninguém pode negar que a alimentação é sua. Pergunto então: Quando começaram a lhe pertencer? Quando os digeriu? Quando os comeu? Quando os cozinhou? Quando os levou para casa? Ou quando os apanhou?” (LOCKE, J. Segundo Tratado Sobre o Governo Civil. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 98)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, é correto afirmar que a propriedade:

- I. Tem no trabalho a sua origem e fundamento, uma vez que ao acrescentar algo que é seu aos objetos da natureza o homem os transforma em sua propriedade.
- II. A possibilidade que o homem tem de colher os frutos da terra, a exemplo das maçãs, confere a ele um direito sobre eles que gera a possibilidade de acúmulo ilimitado.
- III. Animais e frutos, quando disponíveis na natureza e sem a intervenção humana, pertencem a um direito comum de todos.
- IV. Nasce da sociedade como consequência da ação coletiva e solidária das comunidades organizadas com o propósito de formar e dar sustentação ao Estado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

9. (UEM 2012) “Hobbes não viu que a mesma causa que impede os selvagens de usarem sua razão, como o pretendem os nossos juristas, impede-os também de abusar das suas faculdades, como ele próprio o pretende; de sorte que se poderia dizer que os selvagens não são maus precisamente porque não sabem o que é ser bom” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. In: Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED-PR, 2009, p.590).

A partir disso, assinale o que for correto.

(01) Jean-Jacques Rousseau aplica à política o princípio ontológico aristotélico, segundo o qual o homem é uma criatura criada por Deus.

(02) As concepções diferentes que Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau têm sobre a natureza humana os levam a divergir sobre a forma de organização que deve fundamentar a sociedade civil.

(04) De acordo com Rousseau, são dois os motivos de o homem não ser mau no estado de natureza: em primeiro lugar, sendo isolado e não tendo as paixões do homem civil, o homem natural não ataca, não se vinga, não mata. Além disso, há no homem natural, o sentimento de piedade.

(08) Para Rousseau, o homem torna-se o lobo do homem, quando, ao afastar-se do estado de natureza, ele se perverte.

(16) Segundo Hobbes, os homens tendem sempre para a guerra, pois, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, e esta é impossível de ser obtida por ambos, eles se tornam inimigos.

Soma:

10. (UEL 2008) “Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, instituímos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna”. (ROUSSEAU, J-J. *Discours sur l'origine de l'inegalité*. apud NASCIMENTO, M. M. Rousseau: da servidão à liberdade. In WEFORT, F. (Org). *Os clássicos da política*, v. 1. São Paulo: Ática, 1989. p. 195.)

De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre o tema, assinale a alternativa que reproduz a relação que Rousseau estabelece entre as idéias de Contrato Social e Desigualdade.

- a) O Contrato Social, uma imposição do soberano sobre seus súditos, elimina a liberdade natural e faz aumentar a fortuna dos fortes e opressão sobre os fracos.
- b) O Contrato Social, obrigações impostas pelos fortes para serem cumpridas pelos mais fracos, amplia a desigualdade e a discórdia social.
- c) O Contrato Social, regulamento aplicado a todos, divide igualmente a riqueza e as posses dos fortes entre os mais fracos para poder promover a igualdade social.
- d) O Contrato Social, um pacto legítimo, permite aos homens, em troca de sua liberdade natural, a vida em concórdia, ao estabelecer obrigações comuns a todos e equiparar as diferenças que a sorte fez favorecer a uns e não a outros.

- e) O Contrato social, um pacto de defesa dos mais fracos, elimina a desigualdade, ao submeter os ricos ao poder dos fracos e assim permite que as posses sejam igualmente distribuídas.

Gabarito

1. A
2. D
3. C
4. B
5. D
6. E
7. E
8. B
9. 30 (02+04+ 08+16)
10. D